

Procedimento Preparatório n. 06.2007.00000566-8

TERMO ADITIVO A COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

○ **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, pela 13ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lages/SC, sediada na Rua James Robert Amos, n. 280, 3º Andar, Sl. 304, Centro, Lages/SC, representada por sua Promotora de Justiça, Tatiana Rodrigues Borges Agostini, doravante designada **COMPROMITENTE**; e a **Coordenadoria Regional do Meio Ambiente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA**, representada por Fernando Araldi Sommariva, Coordenador Regional, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob n. 83.256.545/0001-90, com sede na Rua Otacílio Vieira da Costa, n. 412, Centro, Lages/SC, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Procedimento Preparatório n. 06.2007.00000566-8, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85; artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e art. 32 do Ato n. 395/2018/PGJ:

CONSIDERANDO a celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em 31 de março de 2008, e do Termo Aditivo ao Compromisso de Ajustamento de Conduta, em 13 de junho de 2016, perante esta 13ª Promotoria de Justiça, nos autos do **Procedimento Preparatório n. 06.2007.00000566-8**, relacionados ao saneamento básico;

CONSIDERANDO que entre os compromissos assumidos pela Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA, *atualmente Instituto*

do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, no **Item VI, da Cláusula Quarta**, o Órgão Ambiental se comprometeu a abster-se de conceder licença ambiental para novos loteamentos, na região submetida a Gerência de Lages¹, que abrange 18 (dezoito) municípios, sem exigir a implantação de sistemas coletivos de coleta e tratamento de esgoto;

CONSIDERANDO que após firmado o ajuste, em 22 de janeiro de 2018, com a edição da Lei Estadual n. 17.492 - Lei Estadual de Parcelamento do Solo Urbano, foi estabelecido que em não havendo rede pública de esgotamento sanitário na localidade, a primazia da solução individual, ficando tal obrigação a cargo do adquirente do imóvel, no momento da aprovação do projeto da edificação, nos termos dispostos no art. 15 do mencionado dispositivo legal;

CONSIDERANDO que com a edição de Lei Estadual n. 17.492/18, a exigência de sistema de sistema coletivo de coleta e tratamento de esgoto não se mantém em empreendimentos localizados em cidades não abastecida por rede pública, na forma exigida no TAC, estabelecendo, neste caso, sistema individual de tratamento de esgoto.

CONSIDERANDO que o compromissário, Órgão Ambiental – IMA, se comprometeu a abster-se de conceder licença ambiental para novos loteamentos, na região submetida a Gerência de Lages², que abrange 18 (dezoito) municípios, entre eles, vários sem rede pública implementada;

¹ Municípios abrangidos segundo indicação do IMA no site institucional: 1 - Anita Garibaldi; 02 - Bocaina do Sul; 03 - Bom Jardim da Serra; 04 - Bom Retiro; 05 - Campo Belo do Sul; 06 - Capão Alto; 07 - Cerro Negro; 08 - Correia Pinto; 09 - Lages (Sede); 10 - Otacílio Costa; 11 - Paineira; 12 - Palmeira; 13 - Ponte Alta; 14 - Rio Rufino; 15 - São Joaquim; 16 - São José do Cerrito; 17 - Urubici e 18 - Urupema

² Municípios abrangidos segundo indicação do IMA no site institucional: 1 - Anita Garibaldi; 02 - Bocaina do Sul; 03 - Bom Jardim da Serra; 04 - Bom Retiro; 05 - Campo Belo do Sul; 06 - Capão Alto; 07 - Cerro Negro; 08 - Correia Pinto; 09 - Lages (Sede); 10 - Otacílio Costa; 11 - Paineira; 12 - Palmeira; 13 - Ponte Alta; 14 - Rio Rufino; 15 - São Joaquim; 16 - São José do Cerrito; 17 - Urubici e 18 - Urupema

CONSIDERANDO que o TAC e aditivos já firmados têm natureza de negócio jurídico e eficácia de título executivo extrajudicial, além de constituir *ato jurídico perfeito, imunizado contra alterações legislativas posteriores*³;

CONSIDERANDO, contudo, que se entende que a manutenção de limitação imposta no TAC, sem coesão com a superveniente Lei Estadual n. 17.492/2018, vem em prejuízo ao desenvolvimento de parte dos municípios abrangidos pelo compromisso, o que destoia da finalidade do TAC, *instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público* (art. 25 do Ato n. 395/2018/PGJ);

CONSIDERANDO a independência funcional do membro e a possibilidade de aditamento do compromisso de ajustamento de conduta, conforme previsto nos artigo 32 do Ato n. 395/2018/PGJ;

CONSIDERANDO, por fim, que quase a totalidade dos municípios que integram a Promotoria Regional de Meio Ambiente, firmou em 25 de fevereiro de 2010, Termo de Ajustamento de Conduta destinado, em linhas gerais, a adequação dos municípios às diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Saneamento Básico, dispostas nas Leis n. 13.517/06 e 11.445/07, respectivamente, por meio de planejamento e estruturação à prestação dos serviços público de esgotamento sanitário, o que é acompanhado e fiscalizado no Procedimento Administrativo n. 09.2010.00000249-4.

RESOLVEM firmar o presente **TERMO ADITIVO**, estabelecendo neste instrumento aditamento ao **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA** celebrado no Procedimento Preparatório n. 06.2007.00000566-8,

³REsp 1802754/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 11/09/2020) (grifou-se)

em 31 de março de 2008, em 2 (duas) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Este Termo Aditivo ao Compromisso de Ajustamento de Conduta tem por objeto a adequação dos compromissos assumidos de acordo com a Lei Estadual n. 17.492/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do aditivo

A *Cláusula Quarta, Item VI*, fica alterada, passando a ter a seguinte redação:

*Abster-se de conceder licenças ambientais para novos loteamentos que possuam acima de 10 (dez) unidades, na região submetida à Gerência de Lages sem exigir a implementação de sistemas coletivos de coleta e tratamento de esgotos, **ressalvada a excepcionalidade de adoção de sistema alternativo individual, nos termos previstos na Lei Estadual n. 17.492/2018⁴, exigindo-se dos empreendedores, em qualquer dos sistemas, a***

⁴ [...]Art. 15. Caso a rede pública não comporte a absorção do novo parcelamento do solo, este poderá ser aprovado, porém a sua instalação e liberação para uso será postergada por prazo a ser fixado pela autoridade competente, até que a concessionária de serviço público execute a ampliação da rede, de acordo com suas possibilidades técnicas e orçamentárias.

§ 1º Inexistindo rede pública, deve ser utilizada solução individual de tratamento, obedecendo às exigências determinadas no licenciamento ambiental:

a) tanque de fossa séptica (biorreator);
b) filtro anaeróbio (biofiltro); e
c) sumidouro. [...]

disponibilização de toda a estrutura necessária à interligação com a futura rede pública coletora de efluentes domésticos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

As demais obrigações assumidas no termo de ajustamento de conduta e seu primeiro aditivo, permanecem vigentes e inalteradas.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Lages, 14 de junho de 2021.

TATIANA RODRIGUES BORGES AGOSTINI
Promotora de Justiça

FERNANDO ARAldi SOMMARIVA
Coordenador Regional do Meio
Ambiente – IMA/Lages

Cf. Portaria n. 95/2021-IMA/SC – DOESC
21.536 de 8/6/2021

Testemunhas:

NOME DA TESTEMUNHA
Cargo da Testemunha

NOME DA TESTEMUNHA
Cargo da Testemunha